



Foto: Arquivo MMA

Terra do Meio é alvo de madeiras ilegais

Garimpo ilegal e outros conflitos socioambientais na Terra do Meio (PA)

DATA DE EDIÇÃO

22/08/2014

MUNICÍPIOS

PA - Altamira

PA - São Félix do Xingu

LATITUDE

-3,1946

LONGITUDE

-52,2093

SÍNTESE

Com mais de 8 milhões de hectares de área, a Terra do Meio, no centro do Pará, é uma das regiões mais importantes para conservação da sociobiodiversidade da Amazônia, sendo também palco de grandes conflitos fundiários. A área é alvo de grileiros, pistoleiros, garimpeiros e madeiras ilegais por causa de seus imensos estoques de madeiras de lei, minérios, terras públicas e devolutas.

APRESENTAÇÃO DE CASO

Com mais de 8 milhões de hectares de área, a Terra do Meio, no centro do Pará, é uma das regiões mais importantes para conservação da sociobiodiversidade da Amazônia, sendo também palco de conflitos fundiários (ISA, 2006a; FUNDO VALE, 2011). Atualmente, vivem no local em torno de 10 mil pessoas, metade indígena e metade constituída de populações tradicionais e ribeirinhas (BRASIL, 2006).

A Terra do Meio é assim denominada por situar-se entre o rio Xingu e seu afluente, o rio Iriri, abrangendo ainda trechos dos municípios de Altamira e São Félix do Xingu (PONTES, et al., 2004), em meio a Terras Indígenas (TI's). A região é reconhecida como uma das mais importantes para a conservação da Floresta Amazônica, com uma riqueza biológica e genética ainda pouco conhecida (ISA, 2006a). No local há muitas espécies raras e ameaçadas de extinção, como a onça, o jacaré-açu, o gavião-real e o tamanduá-bandeira (GREENPEACE, 2001).

É formada pelas Reservas Extrativistas (Resex) do Rio Iriri, do Riozinho do Anfrísio e Xingu, pela Área de Proteção Ambiental (APA) Triunfo do Xingu, Estação Ecológica (Esec) da Terra do Meio, Parque Nacional (Parna) da Serra do Pardo

e pelas TI Cachoeira Seca, Xypaia e Curuaia, cobrindo uma área protegida de 8,48 milhões de hectares, conectados por uma malha de rios (ISA, 2014). Faz fronteira com os territórios indígenas Arara, Kararaô e Cachoeira Seca do Iriri, ao norte; com a estrada Cuiabá-Santarém, a oeste; com o Rio Xingu, ao leste; e com as terras indígenas Kayapó, ao sul (GREENPEACE, 2001).

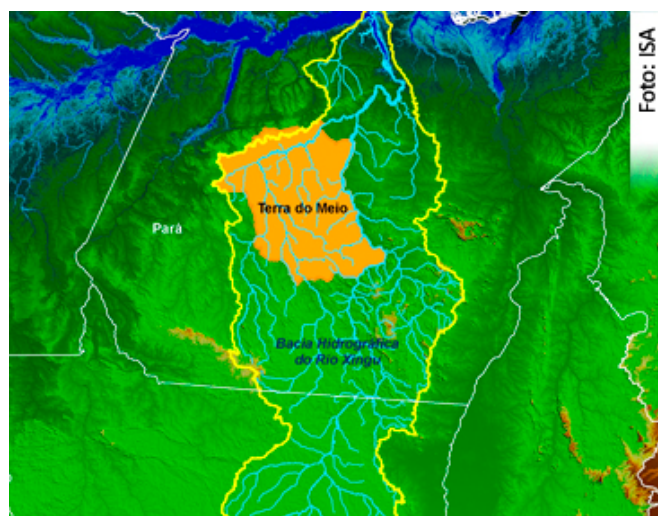


Foto: ISA

Com mais de 8 milhões de hectares de área, a Terra do Meio localiza-se no centro do Pará (PA)

Com mais de 90% de seu território ainda bem conservados, a Terra do Meio sofre com o avanço da fronteira agrícola e conflitos fundiários, que envolvem desde comunidades locais e fazendeiros até poderosos grupos econômicos nacionais. A área é alvo de grileiros, pistoleiros, garimpeiros e madeiras ilegais, devido a seus grandes estoques de madeiras de lei, minérios, terras públicas e devolutas (ISA, 2006a).

A extensa rede de rios e igarapés que atravessa a região favoreceu a exploração pontual de seu interior, onde existem jazidas minerais, principalmente de ouro e estanho, e áreas de concentração de mogno. Ao longo da rodovia BR 163 (Cuiabá-Santarém) e da BR 230 (Transamazônica), novos municípios se desenvolveram, dos quais sete, além de

Altamira, São Félix do Xingu e Trairão, exercem influência econômica sobre a região (VELÁSQUEZ; BOAS; SCHWARTZMAN, 2006).

A história de ocupação da região está associada à presença de diferentes tipos de atores e atividades econômicas, que se sucederam no tempo, refletindo-se nas transformações da paisagem e na perda significativa da cobertura florestal (ESCADA, et al., 2005).

O povoamento não indígena foi estimulado, sobretudo, pelo ciclo da extração do látex, entre o final do século XIX e os anos 1940. O declínio da economia extrativista e as dificuldades de acesso fizeram com que a região caísse na estagnação econômica e no esvaziamento demográfico até meados dos anos 1970 (ISA, 2006b).

Entre o final dos anos 1970 e início dos anos 1980, os interesses econômicos voltaram-se para os minérios, especialmente cassiterita e ouro, e para a madeira, em especial, o mogno (ISA, 2006b). Nos anos 1980, houve proliferação de garimpos nos Rios Iriri e Curuá. Até então, havia pelo menos cinco garimpos no Iriri, mas nenhum de grande porte. Hoje, todos estão abandonados (BRASIL, 2010).

A exploração de cassiterita começou quando a Mineração Canopus Ltda, que tinha como acionista a Rhodia, iniciou pesquisa mineral na Terra do Meio, em 1976. Depois de ter pesquisado vários minerais, em 1982 a empresa ganhou direito de lavra e começou a explorar cassiterita para extrair o estanho (TAINI, 2005), em Serra Bom Jardim, no município de São Félix do Xingu (O LIBERAL, 1992; JB, 1992).

De 1982 a 1983, toda a infraestrutura de abastecimento e de obras era feita via fluvial, na época do inverno (cheia do rio), e via aérea, no verão. O ápice da exploração de cassiterita aconteceu entre 1983 e 1988, quando foram explorados cerca de 200 mil toneladas/ ano de estanho contido. De 1984 a 1985, a empresa montou um programa para construção de uma estrada até o Porto Xingu (TAINI, 2005). A estrada Xingu-Iriri corta, por mais de 250 Km, a Terra do Meio (BRASIL, 2010).



Incêndio criminoso na Terra do Meio em Altamira (PA)

A abertura da estrada coincidiu com queda no preço do

estanho no mercado internacional e inaugurou um novo ciclo de exploração de madeira, garimpagem artesanal de minério e entrada de colonos especuladores de terras livres (TAINI, 2005), dando início à formação de vários núcleos populacionais na Terra do Meio (ESCADA, et al., 2005). Além da estrada, foi instalada no local da mina infraestrutura completa, com diversas casas, 120 alojamentos e maquinários (BRASIL, 2010).

Em 1988, a Canopus foi vendida ao grupo Caeté Participações, de São Paulo (JB, 1990). No início dos anos 1990, os índios Kokraimoro, da nação Kayapó, exigiram que o governo estendesse a reserva Kayapó até a área da jazida, já que não aceitavam a demarcação oficial. Em maio 1991, os índios fizeram um acordo com a Canopus pelo qual passaram a receber U\$ 1 mil mensais em vestimentas e alimentos. Em novembro do mesmo ano, reivindicaram o valor em dinheiro e, diante da negativa da empresa, invadiram e ocuparam a mina por 17 dias, exigindo U\$ 4 mil/mês. Foi fechado novo acordo, mas a Canopus não cumpriu, o que levou a nova invasão em 6 de janeiro do ano seguinte. Em 20 de março de 1992, a mineradora requereu liminar de manutenção de posse contra a Fundação Nacional do Índio (Funai) e a União, alegando que estava sofrendo perturbação de posse por parte dos índios e obteve liminar de manutenção de posse deferida pela 4ª Vara Federal (O LIBERAL, 1992; JB, 1992).

Durante algum tempo, a Canopus manteve seguranças na área da mina, mas depois que abandonou a área, houve invasões de garimpeiros que passaram a operar de maneira quase manual, com uma produção cerca de 20 toneladas por mês de cassiterita (BRASIL, 2010). Essa garimpagem ilegal persistiu ao longo do tempo. A recuperação do preço do estanho no mercado internacional, iniciada a partir de 2004, fez o garimpo de cassiterita ganhar força. No primeiro semestre de 2011, a atividade envolvia cerca de 1.500 pessoas. A extração acontecia na mesma área onde foi explorada a mina três décadas antes e envolve tanto atividade regular quanto o garimpo ilegal (GREENPEACE, 2001).

Preocupada com os impactos socioambientais da retomada do garimpo, a Prefeitura de São Félix do Xingu acionou o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) que passou a desenvolver no local um projeto piloto que visa ordenar o garimpo, estimulando o associativismo e o cooperativismo. Na ocasião, foi entregue título de Permissão de Lavra Garimpeira (PLG) à Cooperativa dos Garimpeiros de Ariquemes. O objetivo do DNPM é levar o projeto Coordenação de Ordenamento Mineral (Cordem/Pará) a 47 municípios paraenses, uma vez que o garimpo é fonte de geração de renda. Apenas os garimpos remanescentes do Tapajós empregam hoje cerca de 40 mil trabalhadores (DIÁRIO DO PARÁ, 2011).

Em julho de 2012, o Instituto Brasileiro de Recursos Naturais Renováveis (Ibama) realizou a Operação Soberania, em parceria com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Pará (Sema) e fechou um garimpo ilegal na Vila Taboca, em

São Félix do Xingu. Os fiscais se surpreenderam com o vulto no negócio, uma vez que as máquinas utilizadas na extração irregular eram modernas e de alto valor. A área de lavra foi embargada e foram apreendidas duas retroescavadeiras, avaliadas em R\$ 1,3 milhão, além de motos, bombas hidráulicas, geradores de energia, máquinas de solda, entre outros equipamentos. Os responsáveis pelo garimpo foram multados em R\$ 783 mil (G1, 2012).

Durante a operação, foram identificadas mais de cem áreas de garimpagem da cassiterita, dispersas em cerca de 500 hectares de área. A extração ilegal causou vários danos ao meio ambiente como deslocamento de grande quantidade de sedimentos para os rios da região, assoreamento, contaminação do rio Xingu e morte do rio Pium (G1, 2012).

Já a garimpagem artesanal de ouro surgiu, no final da década de 1970, com o descobrimento de ouro em algumas localidades do Riozinho do Anfrísio, em Altamira (PA), iniciando-se pelo Garimpo da Pesquisa, situado na localidade do Igarapé do Pereira. No mesmo igarapé também está localizado o Garimpo da Baiana. Nessa atividade foram envolvidas quase todas as famílias do Riozinho do Anfrísio. Muitos moradores foram temporariamente para outras regiões de garimpo, e garimpeiros de outras regiões se instalaram no Riozinho e, alguns constituíram famílias no local (ROCHA; CARVALHO; SILVA, 2008).



Desmatamento ilegal e grilagem na Terra do Meio

Até os anos 1980, a ocupação foi influenciada pelas atividades de garimpo e pela abertura das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém. A nova leva de migrantes chegou com a exploração do ouro e foi numericamente inferior àquelas dos ciclos da borracha, mas encontrou um terreno já em parte esvaziado pelo êxodo rural, o que deixou muitos espaços vazios para ocupação. Alguns integrantes desta população flutuante dos garimpos podem ser encontrados hoje morando ao longo dos rios Iriri e Curuá, vivendo da mesma maneira que a população originalmente vinculada à exploração da borracha. Uma parte da população tradicional ribeirinha também se engajou na atividade garimpeira temporariamente, retornando aos seus locais e costumes antigos com o arrefecimento da atividade, no final dos anos 1980 (ISA, 2006c).

A quase totalidade dos “beiradeiros”, como são conhecidos os ribeirinhos, mantém até hoje o modo de vida baseado no extrativismo, na pesca, um pouco de caça e na agricultura de subsistência da mandioca, arroz, feijão, milho e abóbora. São plantados ainda laranja, café, caju e pimenta-do-reino. Suas casas, em geral, também continuam de pau-a-pique, algumas revestidas com barro branco e recobertas de palha de babaçu (ISA, 2006c).

As relações de dependência econômica estabelecidas com alguns empresários continuam fazendo parte do dia a dia dos beiradeiros. A diferença é que, antes, as dívidas impagáveis eram firmadas com o seringalista e, hoje, os credores são os chamados “regatões”, comerciantes que cruzam os rios da região trocando a produção local de castanha, peixe e óleos de andiroba e copaíba por produtos de primeira necessidade a preços muito elevados (ISA, 2006c).

O garimpo é fonte de conflito com os índios Curuaia, pois alguns garimpeiros invadem a TI para caçar. Em função disso, em 1985, a Funai criou um Grupo Técnico para identificação da área Curuaia, a qual posteriormente foi declarada TI pela Portaria MJ nº 550, de novembro de 1992 (BRASIL, 2010).

Desde o fim da década de 1990, a Terra do Meio tornou-se atrativa com o rápido crescimento do mercado ilegal de ocupação, comércio e grilagem de áreas públicas, visando, sobretudo, à implantação de grandes fazendas de gado (ISA, 2006b).

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

O estudo de caso da Terra do Meio tem como localização uma área que se estende desde o rio Xingu até o seu afluente rio Iriri. Abrange os municípios de Altamira (latitude 3°11'41”S e longitude 52°12'33”W) e São Félix do Xingu (latitude 6°38'29”S e longitude 51°58'44”W) e, em meio a oito terras indígenas, possui mais de 8 milhões de hectares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência da Rodovia BR-163 - Trecho Cuiabá-Santarém. Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), 2006. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/casacivil/arquivosPDF/BR163.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2011.

_____. Ministério do Meio Ambiente, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e Populações Tradicionais. Plano de Manejo da Reserva Extrativista do Rio Iriri. Altamira (PA), set. 2010. Disponível em:

<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/PM%20Resex%20do%20Rio%20Iriri%202011.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2014.

ESCADA, Maria Isabel Sobral; VIEIRA, Ima Célia G.; KAMPEL, Silvana A.; ARAÚJO, Roberto; VEIGA, Jonas Bastos; AGUIAR, Ana Paula Dutra; VEIGA, Iran; OLIVEIRA, Myriam; PEREIRA, Jorge Luís Gavina; CARNEIRO FILHO, Arnaldo; FEARNSIDE, Philip Martin; VENTURIERI, Adriano; CARRIELLO, Felix; THALES, Marcelo; CARNEIRO, Tiago Senna G.; MONTEIRO, Antônio Miguel Vieira; CÂMARA, Gilberto. Processos de ocupação nas novas fronteiras da Amazônia (o interflúvio do Xingu/ Iriri). Estudos Avançados, n. 19, v. 54, 2005. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n54/01.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2011.

FUNDO VALE. Áreas Protegidas e Biodiversidade. Consolidação das Reservas Extrativistas da Terra do Meio. 2011. Disponível em:
<http://www.fundovale.org/categorias/nossas-acoas/areas-protegidas-e-biodiversidade/consolidacao-das-reservas-extrativistas-da-terra-do-meio.aspx>. Acesso em: 20 dez. 2011.

G1. Ibama fecha garimpo em São Félix do Xingu, no Pará, 04 jul. 2012. Disponível em:
<http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2012/07/ibama-fecha-garimpo-em-sao-felix-do-xingu-no-para.html>. Acesso em 21 ago. 2014.

GREENPEACE. Terra Do Meio: lar para onças, paraíso para foras da lei. Viva Amazônia 2001, out 2001. Disponível em:
http://www.greenpeace.org/brasil/PageFiles/4140/briefing_terradomeio.pdf. Acesso em 21 ago. 2014.

ISA. Instituto Socioambiental. No centro do Pará, um desafio socioambiental ao Estado brasileiro. Notícias Socioambientais, 06 out. 2006a. Disponível em:
<http://www.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=2329>. Acesso em: 20 dez. 2011.

_____. As ameaças que rondam a Terra do Meio. Notícias Socioambientais, 07 out. 2006b. Disponível em:
<http://www.socioambiental.org/noticias/nsa/detalhe?id=2330>. Acesso em: 20 dez. 2011.

_____. A ocupação não-indígena na Terra do Meio. Notícias Socioambientais, 10 out. 2006c. Disponível em:

<http://www.socioambiental.org/noticias/nsa/detalhe?id=2334>. Acesso em: 20 dez. 2011.

_____. Economia da floresta é tema de encontro entre extrativistas e empresários na Terra do Meio (PA), 06 maio 2014. Disponível em:
<http://www.socioambiental.org/pt-br/blog/blog-do-xingu/economia-da-floresta-e-tema-de-encontro-entre-extrativistas-e-empresarios-na-terra-do-meio-pa>. Acesso em: 15 ago. 2014.

JB, Jornal do Brasil. Índios se armam para pedir que mineradoras paguem 'royalties', 26 out. 1990. In: Povos Indígenas do Brasil.

PONTES Jr., Felício; CASTRO, Edna; ARAÚJO, Roberto; MENEZES, Mário A.; MEDEIRO, Paulo. Terra do Meio: poder, violência e desenvolvimento. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi. Coordenação de Pesquisa e Pós-graduação. Ideias e debates; v. 7, 35 p., 2004.

O LIBERAL. Operação especial para desalojar índios, 21 ago. 1992. In: Instituto Socioambiental (ISA).

ROCHA, Carla; CARVALHO, Soraya Abreu de; SILVA, Tarcísio Feitosa da. Conservação da biodiversidade e as novas regras para os extrativistas da RESEX Riozinho do Anfrísio, Altamira, Pará. In: IV Encontro Nacional da Anppas. 2008. Anais... Disponível em:

<http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT2-709-643-20080511083437.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2011.

TAINI, Pe. Walter. Contextualização da Terra do Meio - Prelazia do Xingu – Pará. 28 nov. 2005. Disponível em:

<http://www.idiocese.com.br/anpb/site/Site.ArqsDownload/03042012093823TERRADOMEIO.PDF>. Acesso em: 15 ago. 2014.

VELASQUEZ, Cristina; VILLAS BOAS, André; SCHWARTZMAN, Stephen. Desafio para a gestão ambiental integrada em território de fronteira agrícola no oeste do Pará. Rev. Adm. Pública, Rio de Janeiro, v. 40, n. 6, dez. 2006. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122006000600007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 dez. 2011.